

Nietzsche: o papel da subjetividade na história da metafísica

Ana Paula Bezerra de Miranda
Mestra em Filosofia - UERJ

Roberto Kahlmeyer-Mertens
Doutorando em Filosofia-UERJ

Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos, somos desconhecidos — e não sem motivo. Nunca nos procuramos: como poderia acontecer que um dia nos encontrássemos? Com razão alguém disse: “onde estiver teu tesouro, estará também teu coração.” Nosso tesouro está onde estão as colméias do nosso conhecimento. Estamos sempre a caminho delas sendo por natureza criaturas aladas e coletoras do mel do espírito, tendo no coração apenas um propósito — levar algo “para casa”. Quanto ao mais da vida, as chamadas “vivências”, qual de nós pode levá-las a sério? **[NIETZSCHE, Genealogia da moral, Prólogo. § 1,p. 7].**

Nietzsche situa-se no século XIX como um pensador cuja força e originalidade não se pode deixar de notar. Seu pensamento surge no cenário filosófico ocidental como um “instrumento de desconstrução” do soberbo edifício metafísico, pondo em questão os valores que assinalam os produtos dessa determinação filosófica pela qual o Ocidente racionalmente se desenvolveu. A análise que ele empreende da verdade racional — como o projeto metafísico ocidental inaugurado por Sócrates e Platão — assimila a história da metafísica como busca de uma verdade supra-sensível cujo diagnóstico aponta para a crença no sujeito da razão que por meio do procedimento científico-conceitual efetiva a vontade de tornar todo ente em sua totalidade capaz de ser apreendido pela razão humana.

O argumento desse texto se inspira a partir do Prólogo I de Assim falou Zaratustra. Nesse, o personagem após dez anos de solidão; em estado de plenitude, faz um discurso de agradecimento ao sol pelo que dele recebeu. Ali, podemos demarcar nítida analogia com o mito da caverna de Platão, pois ambas as passagens

descrevem um movimento ascensional do mundo das sombras para um mundo iluminado pelo sol da verdade. Como podemos perceber nas palavras de Sócrates: “(...) assimilando-se o mundo visível à caverna e a luz do fogo aos raios solares, podemos entender que a subida para o mundo que está acima da caverna e a contemplação das coisas existentes lá fora representam a ascensão da alma em direção ao mundo inteligível (...)”[PLATO, *Res Publicae*, v. VII, 517b].

Nietzsche critica uma íntima relação entre essa imagem do pensamento ocidental e a metafísica, ponto mais elevado do empreendimento do homem no mundo, a partir do qual vislumbra toda a história da acidentada busca da verdade no Ocidente. A História da filosofia albergaria o destino de iluminar com as luzes da razão todo o orbe terrestre até tornar todo imperscrutável inteiramente inteligível. Nietzsche mostra que o pensamento, após costumes seculares, assim teria se instituído; passando a constituir rigorosamente como a estrutura a partir da qual toda a realidade é percebida. É nesse contexto que o filósofo vai apontar o “espírito científico” como a forma de pensamento que teria nascido com Sócrates e Platão e que postularia a fuga do mundo aparente em direção ao sol da verdade.

Reafirmamos que tudo que se aplica com rigor filosófico à ciência, deve-se às construções metafísicas e morais. Pedimos atenção redobrada ao ouvirmos a palavra construção. Ela revela um modo do inventar e do criar para um fim. Este algo criado são as interpretações metafísicas, científicas e morais do mundo, da existência e das circunstâncias nas quais um determinado tipo de vida está necessariamente lançado. Essa imagem de pensamento engendrou determinações que passaram a ser vistas como de valor “em si”. Sob esse aspecto, a crítica nietzschiana se dirige à concepção tradicional de pensamento que privilegiou o valor “verdade” segundo os cânones estritamente racionais.

Essa racionalidade — reconhecida como fundamento de toda a filosofia européia ocidental — se expressa pelo anseio de determinação radical de uma verdade suprema que se oporia a uma “mentira” do mundo sensível, que por ser mutante, contingente, corruptível, não teria o status de “verdade”. Tal sentido de verdade forjado pela racionalidade ocidental que aí teve início será abordada no interior da crítica nietzschiana como vontade de verdade, a ser

explicada adiante.

1. “Vontade de Verdade”

O termo “vontade de verdade” surge pela primeira vez no *Assim falou Zaratustra*, no aforismo da superação de si, dessa forma:

“Vontade de conhecer a verdade” chamais vós, os mais sábios dentre os sábios, àquilo que vos impele e inflama? Vontade de que todo o existente possa ser pensado: assim chamo eu à vossa vontade! (...) Mas ele deve submeter-se e dobrar-se a vós! Assim quer a vossa vontade. Liso, deve tornar-se e súdito do espírito, como seu espelho e reflexo. [Nietzsche, *Assim falou Zaratustra. II parte, ‘Da superação de si’*, p. 127].

Segundo o que nos indica Nietzsche, “vontade de verdade” remete a um esforço de converter em algo racionalizável e calculável tudo o que existe, ou, por outra, é a vontade ou o desejo que no Ocidente atinge o mais alto nível — de tornar apreensível pela razão humana todo existente em sua totalidade. O referido conceito, portanto, designa um esforço racional em que se afirma a crença na verdade enquanto reverência ao sujeito como certeza e ao conhecimento objetivo.

Vontade de verdade aparece, doravante, nos textos de maturidade do filósofo para apontar, sobretudo, o ímpeto de “coisificação” ou vontade de representação que constitui o projeto metafísico da filosofia moderna. Tal vontade passa a ser o leitmotiv desvelado por Nietzsche nos subterrâneos da metafísica, ou seja, desde que essa verdade foi efetivada como valor, a metafísica, na forma do fazer científico, se empenhou na realização do seu projeto: tornar pensável (representável, calculável, previsível e manipulável) todo ente.

Ao percorrermos os passos do filósofo deparamo-nos com a seguinte sentença de Nietzsche: “A metafísica é a história de um erro”. Seguindo a linha dos textos de maturidade do filósofo em sua análise da História da metafísica, Nietzsche a aborda como a “história de um erro” em “Como o ‘mundo verdadeiro’ acabou por se tornar fábula” no livro *Crepúsculo dos Ídolos*. O que significa essa afirmação? A metafísica desenvolve-se em uma história; nesta é

possível enxergar um fio condutor que encadeia todos os momentos históricos do pensamento em sua tradição. História que, embora com muitos desdobramentos, é a história de um único problema, a pergunta pelo ser dos entes.

Assim, esse problema tem sua origem situada historicamente no pensamento grego, podendo ser traduzido de maneira resumida assim: inicialmente, para o grego arcaico, tudo o que é em realidade (*physis*) recebe o nome de “ente” (*on*). O ente é compreendido como o que está sendo. Ou, ainda, como “a presença do que está se apresentando”; nunca dissociado de uma compreensão de ser. Com os gregos, o ente é tudo o que verdadeiramente é; tem sua verdade tomada por evidente, sendo, pois, pensado em aliança com essa verdade. Entretanto, a metafísica enquanto modo de se postar frente à dinâmica de constituição do todo tem início com a determinação da noção de fundamento a partir da palavra grega *ousia*, inserindo a pergunta pelo ser dos entes (*ti to on*).

O conhecimento de algo, portanto, passou a exigir o fundamento deste algo, isto é, somente a partir da delimitação do fundamento sobre o qual o ente se manifesta passou-se a considerar o conhecimento deste ente. Temos aí a requisição que promove o surgimento de um discurso acerca da causalidade. Em meio ao vir-a-ser do fenômeno nos sentimos tocados pela requisição do fundamento de sua determinação ontológica. Incorre-se, assim, naquilo que Nietzsche caracteriza como um dos “quatro grandes erros” da metafísica, precisamente “o erro oriundo da confusão entre causa e consequência”. Sendo assim, a metafísica caracteriza-se eminentemente pela visualização de uma requisição por fundamento (causa) no interior da dinâmica dos fenômenos em geral. Ao se deparar com a aparição do ente enquanto ente, ela se dispõe naturalmente à pergunta pelo princípio de sua determinação e transforma ao mesmo tempo a si mesma em caminho de resposta a esta pergunta.

Segundo Nietzsche, esse problema é compreender o ente como efeito de uma causa anterior e externa a ele. Tal erro é gerado por uma tendência dicotômica com a qual a metafísica sempre operou. Consiste, pois, em um olhar “viciado” para o fato (o ente) e em compreendê-lo como efeito de uma causa externa (sua essência). E, ainda, em não ter clareza quanto a que consistem essa causa e esse efeito, a ponto de tomarmos um pelo outro, de modo que o efeito

acaba por ter sua “causa” epigonalmente deduzida de si mesmo. A diferença entre essa postura e a que Nietzsche assume é a seguinte: a primeira diz – o pensamento que comete o erro causa a metafísica; Nietzsche diz – o pensamento que comete o erro, cometeu-o metafisicamente. [NIETZSCHE, *Crepúsculo dos ídolos – ou como se filosofa com o martelo. “A ‘Razão’ na filosofia”*, § 5, p. 33].

Considerando o saldo dessa digressão necessária, podemos atestar que a pergunta “o que é o ente?”, que diz “o que pe a verdade do ente?” e acaba por afirmar-se como “o que é a verdade”, trouxe consigo o germe que desencadearia todo o processo metafísico, por já partir de uma perspectiva metafísica. O advento desse pergunta parte da obnulação da verdade do ente em sua aparição, lançando-se, enquanto pergunta mesma, num desenfreado processo de busca e determinação da verdade do ente para além do ente, como vontade de verdade.

Se, por um lado, todas as etapas do saber metafísico identificam-se pela escuta a essa requisição, por outro, elas se diferenciam pelo modo de instauração das múltiplas respostas. Esse fazer se estende à totalidade do mundo moderno, utilizando a Razão como critério para toda e qualquer aproximação ou abordagem do real. Assim, a História da filosofia foi marcada pela crença formada a partir da imagem de que algo determina a essência do mundo e na ilusão de que o pensamento é capaz de conhecer incondicionalmente a essência das coisas através da razão e da consciência, estabelecendo alvos e tarefas.

Assim, respondendo à pergunta inicial – “que erro seria esse”? – é preciso que se diga em voz alta: a história de um erro é a história da pergunta pela verdade. Isto é, a história da perspectiva que procura se assegurar de uma suposta verdade metafísica que o ente, a totalidade dos entes e logo a realidade possuiria.

Passemos à explicitação do projeto metafísico em sua estrutura subjetiva e sua implicação com a linguagem, analisando um importante ponto da crítica nietzschiana: o ser de tudo dado pelo sujeito.

1.1. A subjetividade metafísica: origem, funções e fins

No tópico anterior, cremos ter esclarecido os termos da pergunta e o que está em jogo na questão “o que é o ente?”. Entretanto, talvez ainda não consideremos as proporções das

conseqüências da colocação dessa questão. Em um primeiro exame, constata-se que ela gera uma cisão. Uma cisão entre o ente e aquilo que seria sua verdade, entre o ente e sua essência ou, como Nietzsche trata, ora utilizando a terminologia kantiana, entre “fenômeno” e “coisa em si”; ora utilizando sua própria terminologia, entre “mundo aparente” e “mundo verdadeiro” [NIETZSCHE, **Crepúsculo dos ídolos – ou como se filosofa com o martelo. “A ‘Razão’ na filosofia”, § 2, p. 30**].

Entretanto, após essa cisão, nossa questão passa a ter um quadro bem diverso daquele descrito anteriormente. Há agora o ente e algo desse ente que dá sustentação à sua vigência constante no fenômeno, ou seja, há o ente e sua verdade, há o mundo aparente e o mundo verdadeiro. Nietzsche ilustra essa situação assim: “O mundo verdadeiro inatingível por agora, mas prometido ao sábio, ao virtuoso, ao devoto. Progresso da idéia [platônica]; ela se torna mais sutil, mais insidiosa, mais inapreensível...” [NIETZSCHE, **Crepúsculo dos ídolos – ou como se filosofa com o martelo, “Como o ‘verdadeiro mundo’ acabou por se tornar fábula”, ‘História de um erro’, § 2, p. 35**].

Fica assim determinada a origem do problema metafísico, bem como o estado de coisas inicial gerado pela cisão da verdade do fenômeno em dois mundos. Somente a partir dessa situação descrita aqui poderemos iniciar a tarefa de demonstração dos desdobramentos desse problema.

Ainda na Grécia esse sustentáculo do ente (tratado aqui por “essência” ou “mundo verdadeiro”) recebeu o nome de *Hypokeímenon*, que literalmente indica “algo que se encontra sob o ente”; com o mesmo sentido, a tradição medieval e a modernidade traduziram esse nome por *subjectum*. Cremos que seja isso que Nietzsche trata como o caráter de sutil, inapreensível e insidioso da idéia, pois, ao elevar o produto do erro ao status de conceito, a cilada gerada pela cisão entre o ente e a essência se institui; mais: legitimase a ponto de o erro que a gerou tornar-se desagradado. Isso se comprova quando vemos o conceito de *hypokeímenon* assumir, entre outros significados, em algumas escolas da Antigüidade, a compreensão de ente real sobre o qual recaem determinações predicáveis.

Assim, parece instituir-se definitivamente a crença de que tudo o que é real possui necessariamente um sustentáculo (o que só

faz reafirmar a impressão do primado da essência sobre o ente). Essa compreensão de *subjectum* perpassa todo o período medieval tratado como elemento indispensável à lógica, permanecendo, pois, incontestado.

Com a filosofia moderna presenciamos a retomada e consumação do projeto subjetivo metafísico, com a retomada da tarefa de determinação do ente, reconhecendo a essência do ente como inatingível, indemonstrável, indômita, por ela mesma. Essa falácia estende-se a Descartes quando este submete a compreensão de *subjectum* à de sujeito. É o que veremos no próximo tópico.

1.2. A subjetividade moderna: consolidação do projeto metafísico

A subjetividade moderna consiste no momento culminante do projeto epistemológico de instauração de um sujeito pleno e estável que serve de suporte ontológico de todos os acontecimentos que se dão na realidade. Ela surge a partir de um anseio por construir um tal discurso a partir da certeza previamente estabelecida e assegurada em seu papel fundacional. A compreensão de “*sub-instância*” da essência da verdade metafísica é apropriada de maneira decisiva, aquela que pensa pela primeira vez esse *subjectum* como sujeito. Descartes teria concretizado tal movimento, assumindo a condição de instaurador do projeto metafísico moderno, no qual a subjetividade assume papel de destaque. Na forma do *cogito*, tal como visto em meio às meditações cartesianas, a atividade subjetiva do pensar é determinante das coisas que efetivamente são: com ele a essência daquilo que se apresenta é submetida à condição de sujeito autônomo, que põe o ente à medida que o representa.

Assim, Descartes, no século XVII, teria instituído a *res cogitans* como condição para o conhecimento, estatuinto a razão como a medida de todas as coisas e centralizando o sujeito como o lugar em que o real passa a ser o seu objeto de representação. Nietzsche critica que o pensamento ocidental tenha sido irrevogavelmente norteado, pela idéia de que o real deve se adequar à imagem lógico-racional que a consciência é capaz de formar dele. (Conforme sua consolidação moderna a partir do legado de Sócrates, Platão e Aristóteles).

Tal interpretação é assumida também por Kant, que parte desse pressuposto para uma crítica dos limites de um sujeito que se

lança ao conhecimento dos entes. Essa situação recebe a seguinte caracterização de Nietzsche, dando ênfase ao momento kantiano: “No fundo, o velho sol [grego], só que obscurecido pela névoa e pelo ceticismo, a idéia tornou-se sublime, esvanecida, nórdica, königsberguiana”. [NIETZSCHE, **Crepúsculo dos ídolos – ou como se filosofa com o martelo, “Como o ‘verdadeiro mundo’ acabou por se tornar fábula”, ‘História de um erro’, § 3, p. 35]**

Partindo disso, surge a nossa interpretação, que pode ser traduzida grosseiramente assim: ora, se a essência do ente, se a verdade do que se apresenta, é posta pelo sujeito, a tarefa da filosofia, relativa a Hegel, é determinar o modo de ser desse sujeito; e assim Hegel o faz, quando, após todo o movimento de sua Fenomenologia do espírito, o sujeito, na forma de “consciência”, descobre-se a si mesmo como a verdade do mundo. Verdade que galgou no final do movimento reflexivo desse sujeito enquanto consciência. O que Hegel almejou foi transferir para o próprio coração do sujeito a condição de fenômeno que Kant cingira à esfera do objeto. Isso recrudescer, e ao mesmo tempo consumir, a perspectiva metafísica. Pois Hegel acredita ter chegado à Terra pátria da verdade, onde a verdade está no todo, e o todo da verdade é consciência absoluta. Nietzsche avalia esse fato da seguinte forma: “O ‘mundo verdadeiro’ – uma idéia que já não serve mais para nada, que não obriga mesmo mais nada – uma idéia que se tornou inútil, supérflua; conseqüentemente, uma idéia refutada; suprimamo-la!”. [NIETZSCHE, **Crepúsculo dos ídolos – ou como se filosofa com o martelo, “Como o ‘verdadeiro mundo’ acabou por se tornar fábula”, ‘História de um erro’, §5, p. 36]**. O mundo verdadeiro não serve mais para nada, pois se atingiu o que se buscava determinar ao longo dos séculos de processo metafísico. Para Nietzsche, Hegel é um idealista, pois suprime o mundo aparente tendo em vista um mundo verdadeiro que é determinado pela falsa causa do sujeito enquanto consciência.

Dessa maneira, para nossos propósitos com esse estudo, diremos que a hegemonia da subjetividade consolidou-se com: Descartes, Kant e Hegel. Nietzsche vê nesses últimos desdobramentos um acúmulo de equívocos, idéias, pressupostos e cristalizações.

1.3. A crítica de Nietzsche à subjetividade metafísica

Torna-se evidente que Nietzsche acusa e se insurge contra o pensamento que, partindo de uma compreensão de sujeito, tem nesse o sustentáculo das coisas; reduzindo o real a representações de um “eu” dado. Assim, a subjetividade (na chave de um eu substancial) é objeto perscrutado por toda a tradição do pensamento metafísico, que o entendendo como fundamento, se lança em seu encaixo. Todavia, a subjetividade, tomada metafisicamente, quidifica ou substancializa as interpretações sobre si própria; aproximando-se da noção de “coisa em si” e – uma vez tentada com isenção de qualquer contingência, transitoriedade e finitude – bem poderia ser tratada como um deus oculto. [NIETZSCHE, **Além do bem e do mal – prelúdio a uma filosofia do futuro**, § 2, p.10]. Com isso, nosso filósofo desmascara a insuspeitada tarefa da subjetividade: substancializar a vida, reclamar um substrato sólido e necessário que suporte e dê garantia à existência deste mundo corruptível, contingente e acidental.

Se retomarmos nosso ponto de partida, veremos esse argumento encontrar formulação no Zarathustra, obra na qual o autor se refere àquele empreendimento metafísico, atestando suas intenções de tornar o real liso “... e súdito do espírito, como seu espelho e reflexo”. [NIETZSCHE, **Assim falou Zarathustra. II , ‘Da superação de si’**, p. 127]. Chegamos, portanto, num importante ponto que dá força e sentido à crítica nietzschiana da verdade ocidental: ela está assentada na ficção do sujeito que tiraniza a existência por forçar o real a se ajustar às suas idealizações racionais. Para Nietzsche, desde que o homem aprendeu a pensar assim, ele alijou o conhecimento de vida, que não pode ditar regras ao devir nem hipostasiar a existência – o que ocasiona o nascimento de uma consciência generalizante e tirânica. [NIETZSCHE, **Crepúsculo dos ídolos – ou como se filosofa com o martelo**, “O Problema de Sócrates, § 10, p. 26].

Nietzsche critica a certeza do sujeito como um eu absoluto, senhor e dominador das cadeias imperscrutáveis dos acontecimentos. O filósofo identifica, nessa maneira de pensar o real, a condição que nos leva a acreditar na “Razão” como pressuposto substancial: Deus. [NIETZSCHE, **Crepúsculo dos ídolos – ou como se filosofa com o martelo**, “A ‘Razão’ na filosofia, § 5, p. 32]. Assim, a interpretação da subjetividade como a condição do conhecimento

interfere na compreensão do real e forma os produtos correlacionados Eu-Ser-Deus. Nietzsche mostra que as noções de linguagem, vontade, ser e Deus estariam intimamente imbricadas a uma dita “realidade metafísica”, justamente por subministrarem um fundamento ao real e a todo conhecimento possível sobre esse. É feliz a lembrança de um importante aforismo de seu *Crepúsculo dos Ídolos*, no qual o autor examina de modo lúcido esse projeto histórico referente à filosofia ocidental, como vemos aqui:

A linguagem, segundo a sua origem, inscreve-se na época da mais rudimentar forma de psicologia: mergulhamos num feiticismo baço quando trazemos à consciência os pressupostos fundamentais da metafísica da linguagem, isto é, da razão. A consciência vê por toda a parte atores e ação: crê na vontade como causa em geral; crê no “Eu” como ser, no Eu como substância e projeta a fé na substância do Eu em todas as coisas – e assim cria o conceito “coisa”... (grifo nosso) [NIETZSCHE, *Crepúsculo dos ídolos – ou como se filosofa com o martelo, “A ‘Razão’ na filosofia, § 5, p. 32*].

De outra forma, a subjetividade metafísica, em seu mister incansável de elaborar sistemas que suponham a presença de uma verdade sempre anterior à configuração de fenômeno, pretende uma antecipação e previsibilidade do real antes mesmo de sua apresentação efetiva. O trabalho de todos os metafísicos, passados e futuros, não é outra coisa a não ser confirmar a descoberta nietzschiana segundo a qual a consciência traduz-se pelo “arrazoamento” – isto é, pela exposição de tudo a partir de critérios racionais – reduzindo e simplificando tiranicamente a diversidade qualitativa da experiência – visando o auto-asseguramento de si mesmo contra a vida, solapando todas as “in-certezas”, imprevisibilidades e acontecimentos inesperados que dizem o “brotar” mais próprio da *physis*. Dessa forma, perdem e negligenciam aquilo que é mais palpável, visível: o devir e a diferença. À medida que intentam cristalizar o fluxo, não procuram outra coisa que não o “em-si” kantiano, ou o intransitório, ou mesmo o deus oculto [NIETZSCHE, *Além do bem e do mal – prelúdio a uma filosofia do futuro, § 2, p.10*]. Todo o aparato conceitual científico – baseado na impessoalidade, na objetividade e na utilidade – é regido por uma vontade que direciona a existência no sentido unívoco de uma

verdade metafísica, de tal forma que a vida não seja experimentada sem o asseguramento sobre o agir.

Para Nietzsche, a criação desses métodos científicos, condutas morais e tábuas de salvação de toda espécie resultam num astuto interesse de tornar a vida suportável, ou seja, diluir o insolúvel da tragicidade da existência mediante a criação de “mundos”, de “nichos”, nos quais a vida é conservada, alojada, protegida, e, como denuncia o filósofo, nadificada. Tomemos, por exemplo, um importante aforismo de Além do bem e do mal – prelúdio a uma filosofia do futuro, um escrito da maturidade de Nietzsche onde ele expõe claramente esse pensamento:

No lugar dessa ‘certeza imediata’, em que o povo pode crer, no caso presente, o filósofo depara com uma série de questões da metafísica, verdadeiras questões de consciência para o intelecto, que são: ‘De onde retiro o conceito de pensar? Por que acredito em causa e efeito? O que me dá o direito de falar de um Eu, e até mesmo de um Eu como causa, e por fim de um Eu como causa de pensamentos? [NIETZSCHE, *Além do bem e do mal – prelúdio a uma filosofia do futuro*, § 16, p. 22].

Esses “mundos” nos quais o ideal metafísico procura se abrigar são construídos com uma ferramenta: a gramática. A metafísica tem assegurado seu intento com a linguagem. Vejamos melhor esse ponto da crítica do filósofo de Roecken.

1.4. A metafísica da linguagem

O esforço de tornar apreensível pela razão humana todo ente é fortalecido pelo que Nietzsche denomina “uma comum filosofia gramatical”. Os conceitos dos filósofos da modernidade têm uma espécie de parentesco essencial cuja talagarça é sempre a gramática. Isto se dá porque a “verdade” só se traduz através de palavras, não passando, portanto, de um encadeamento de proposições lingüísticas. Nietzsche denuncia uma espécie de fraternidade de propósitos que permeia as tentativas dos pensadores fundamentais da modernidade subjetiva metafísica européia. Segundo Nietzsche, a Verdade (estabelecida no bojo da metafísica) tem como viés ou canal uma “consangüinidade” gramatical entre os conceitos que perfazem o que chamamos de Subjetividade Moderna.. Em Além do Bem e do Mal, no parágrafo 20, Nietzsche nos ilumina um pouco mais a esse

respeito. Diz o texto:

Desde que haja um parentesco lingüístico é inevitável que, em virtude de uma comum filosofia gramatical, as mesmas funções gramaticais exercendo o seu império e sua direção, tudo se encontre preparado para um desenvolver análogo dos sistemas filosóficos, ao passo que a estrada parece barrada para outras possibilidades de interpretação do universo. **[NIETZSCHE, Além do bem e do mal – prelúdio a uma filosofia do futuro, § 20, p. 25].**

Nietzsche nos diz que o império das funções e modos de proceder gramaticais oblitera o caminho de possibilidades outras de interpretação ou escuta do universo. Diante disso, Nietzsche nos faz levantar uma série incontornável de perguntas, quais sejam, estas: Como procedem esses modos ou funções gramaticais que impedem essas outras possibilidades de interpretação do mundo? Ou, como se dão os modos gramaticais no impedimento de colocação de problemas que estejam fora do âmbito da gramática que esse sujeito articula para pensar tudo o que é? E mais: Sob que registro ou estatuto essas novas interpretações, interpelações ou escutas do universo se perfazem? Que novas interpretações do mundo seriam possíveis para além da instância subjetivo-gramatical (e porque não dizer) científico-religiosa? Ou até mesmo, em que grau essas questões que dizem respeito às possibilidades outras de interpretação são por nós capazes de serem precisamente levantadas e respondidas?

Aqui, com vistas a responder tais questões, fixemos nossa atenção no próprio termo proceder que nosso filósofo alude em seu texto Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral. Proceder vem do latim *procedere* que designa “ir para adiante”. Com efeito, passemos à investigação da maneira como a metafísica leva a cabo ou “vai adiante” em sua estrutura subjetiva. Diz o texto do filósofo: “De fato, aquilo que daqui em diante deve ser a “verdade” é então fixado, quer dizer, é descoberta uma designação uniformemente válida e obrigatória das coisas e a legislação da linguagem vai agora fornecer também as primeiras leis da verdade, pois, nesta ocasião e pela primeira vez, aparece uma oposição entre verdade e mentira” **[NIETZSCHE, Obras Incompletas. Verdade e mentira no sentido extra-moral, § 1, p. 54. (Os Pensadores)].**

Assim visto, o pensamento opera dentro da regra lingüística, sendo esta uma maneira de esquematização, de abstração, de que o intelecto humano dispõe para compreender o mundo. Para tal, o pensamento metafísico elege um modo de proceder expresso pela palavra *Kathegoria* que diz “afirmar”. Para ficar claro o nascimento a que Nietzsche remete da linguagem no sentido que o ocidente embute ao termo, reportaremos, aqui, ainda, ao radical de onde provém mais originalmente a palavra, que diz no seu nascimento, simplesmente, “afirmar na *Ágora*” que é *kat'agorein*. Portanto, designava somente a discussão como forma de defesa na *Ágora*, na praça de mercado, e posteriormente em um sentido mais geral na praça pública. A crítica de Nietzsche visa apontar que no bojo da origem da “verdade” encontra-se uma necessidade histórica de combate, de afirmação que pretende um *agon*. O fruto dessa prática - artística no seu nascedouro - serve de hipóstase, no momento posterior, para ditar regras à vida, subordinando tudo o que aparece sob o julgo desse instante.

A atitude paradigmática de se conferir a um sujeito fixo o suporte de todos os predicados e atributo, recairia numa prática de nomear. Dessa maneira, o modo de proceder metafísico é categorial, designando diferentes maneiras de se afirmar algo de um sujeito. Por outro lado, ao edificar e construir um tal esquema categórico gramatical o homem imprime ao mundo um sistema de categorias e, em seguida, esquece-se de que se utiliza de uma metáfora para interpretação dos acontecimentos, volta ao mundo anunciando a descoberta do sistema que construiu; criando, com o que o filósofo afirma o “estratagema, a verdade”. [NIETZSCHE, **Obras Incompletas. Verdade e mentira no sentido extra-moral, § 1, p. 54. (Os Pensadores)**].

Tomando os nomes que ele cria como entes em si mesmo; o homem passa a considerá-los, doravante, a partir da ótica de um novo “mundo” - com suas verdades absolutas, juízos de valor e quididades próprios a uma construção metafísica. Portanto, a prática de nomear, cuja talagarça é a gramática, não passa da criação de um sistema de categorias para formar os conceitos pelos quais o homem toma os nomes que coloca nas coisas como entes em si mesmos. Embora a palavra inventada consista apenas numa metáfora, ela se converte num conceito universal e geral de uma experiência singular, e absolutamente particular que o intelecto sentiu numa lida ocasional

com o real. A singularidade dessa lida ocasional serve de regra para todos os momentos posteriores em situações semelhantes.

Originariamente, portanto, a formação da verdade possui um caráter artístico. É pela impressão súbita das intuições que surge a metáfora. Todo o entendimento é realizado mediante os mecanismos produzidos pela consciência que não passam de “metáforas gastas”, sem “força sensível”, segundo Nietzsche concebe para uma apresentação dessa análise o texto *Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral*:

O que é portanto a verdade? Uma multidão móvel de metáforas, (...), uma soma de relações humanas que foram realçadas, transpostas e ornamentadas pela poesia e pela retórica e que, depois de um longo uso, pareceram estáveis, canônicas e obrigatórias aos olhos de um povo: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que são, metáforas gastas que perderam a sua força sensível, moeda que perdeu sua efígie (...), mas apenas como meta” **[NIETZSCHE, Obras Incompletas. Verdade e mentira no sentido extra-moral, § 1, p. 54. (Os Pensadores)]**.

A possibilidade do conhecimento se dá abarcando as diferenças pelas características gerais (universais). Assim sendo, o estabelecimento da verdade esbarra numa incompatibilidade advinda de sua origem - que parte sempre de uma experiência e impressão únicas - velada pela eliminação da diferença, que resulta numa redução e falseamento do real. O impulso causal é, pois, condicionado pelo medo das impressões súbitas das intuições metaforizantes que escapam a qualquer classificação, já que toda metáfora é particular e sem igual. Sob o domínio desses esquemas, o homem instaura um novo mundo de leis, como uma instância reguladora e imperativa, pretendendo que tal mundo subordine todo o real.

De outro modo, a atividade performadora, plástica, do intelecto, - que se manifesta na redução da diversidade qualitativa da experiência - está voltada, sobretudo, para a auto-conservação da espécie humana. Seu efeito mais notável, assevera Nietzsche, é o velamento do caráter terrífico da existência. **[NIETZSCHE, Obras Incompletas. Verdade e mentira no sentido extra-moral, § 1, p.**

54. (Os Pensadores)].

Rechaçando quaisquer formas de substancializações do mundo, que não seriam outra coisa senão cristalizações, petrificações, da vida, - o ser, o “em-si”, o *subjectum*, Deus, etc. - Nietzsche denuncia que essa dinâmica metafísica que cria fórmulas e tábuas de valores é nihilista, isto é, desertifica toda e qualquer forma do real aparecer na sua gratuidade e inocência inerentes pois requisita um controle e auto-asseguramento sempre crescente.

Segundo o filósofo, o que força a crença incondicional na verdade é a fé no próprio ideal metafísico, mesmo como seu imperativo inconsciente. Uma vez que a verdade é vista como de ordem metafísica, um valor em si, absoluto, independente da existência terrena, ela é, por isso mesmo, uma crença, uma fé oriunda do ascetismo religioso. Um tal pressuposto na construção do pensamento metafísico requereria um tipo de percepção do real baseado em um “olhar subsistente”, isto é, um olhar que se sustentaria a si mesmo, como se não dependesse de circunstâncias, conhecimento, interesse ou necessidade. Tudo que é condição para o pensamento metafísico, a ausência de dor, de tempo, de vontade - de sentidos, enfim a “objetividade” pretendida pelo pensamento ocidental - é guiado para uma meta que pretende o completo desinteresse da vontade - para Nietzsche um absurdo sem sentido [NIETZSCHE, *Genealogia da moral*, III, § 12, p. 109]. Em Nietzsche isto seria o êxito inalcançável da castração da própria inteligência humana.

Quando os espíritos de “sabedoria” se vestem de um poder sobrenatural e lançam olhares “objetivos” para a realidade, dominando suas paixões, abstendo-se de interpretar os fenômenos e apenas descrevendo-os, renunciando à condição de juizes, mantendo-se imóveis diante do fato brutal, cultivando o “fatalismo dos pormenores”, expressam ascetismo em alto grau.

Por outro lado, de acordo com a exatidão filosófica metafísica, os juízos lógicos são formados por categorias. As categorias nas quais se assentam os pressupostos racionais requerem de forma necessária e suficiente para existirem o modo da universalidade - assim ordena o sadio entendimento humano: todas as categorias devem ser universais. Nosso filósofo “fareja” também aí um problema. Que questões poderiam residir num campo onde o entendimento sente-se em casa? No prefácio de *Aurora*, o filósofo

ironiza novamente acerca da pretensa independência da razão humana: “não é curioso exigir que um instrumento critique seu próprio acerto e competência? Que o intelecto mesmo “conheça” seu valor, sua força, seus limites? Isso não foi até mesmo certo contra-senso?” [NIETZSCHE, **Obras Incompletas. Aurora, Prefácio, § 3, p. 164 (Os Pensadores)**].

Portanto, Nietzsche quer nos cautelar diante de juízos lógicos formados por categorias universais que constituem o direito à incondicionalidade da razão metafísica, uma vez que todos os juízos baseados na universalidade dessas categorias revelam a claridade de um fenômeno moral.

No entanto, volvamos um passo atrás para perguntar: no que consiste a univocidade de sentido ao qual a metafísica direciona a vida do homem? Esta univocidade aponta justamente para a “verdade”. Não há situações, mas somente a “verdade” pairando e regulando a vida do homem em seus anseios e expectativas. Em toda a história do ocidente é assinalada a procura ávida e des-esperada - ressaltamos: que não espera, que não deixa o acontecimento se efetivar a partir de uma fala inocente - de uma verdade para além das paixões, para além da sensibilidade, para além da visão, para além do mundo da vida do homem. Isto é o que Nietzsche chamou de Vontade de nada, ou seja, niilismo!

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Metafísica*. 2 ed. Valentin Garcia Yebra (org). Texto trilingüe grego-latim-espanhol. Madrid: Gredos, 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução, Notas e Posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Assim Falou Zaratustra*. Tradução de Mário da Silva. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Crepúsculo dos Ídolos: ou como se filosofa com o martelo*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *A Gaia ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *A Genealogia da moral - uma polêmica*. Tradução, Notas e Posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Obras Incompletas. In: Os Pensadores. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1974a. v. XXXI.

PLATO. Res Publicae. In: Platonis Opera. Org. Ioannes Burnet. v. IV. Oxonii e Typographeo Clarendoniano/Oxford University Press: New York, 1991.